

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2018

Moçambique

Em 2018, Moçambique fez um avanço moderado nos seus esforços de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo emendou a Legislação do Sistema Nacional de Educação, aumentando a escolaridade obrigatória para os 15 anos de idade. O governo redigiu uma versão preliminar da actualização da Lei do Trabalho estipulando como idade mínima para trabalhar os 15 anos, eliminando a excepção que permite que crianças de 12 anos de idade comecem a trabalhar. Ademais, a Procuradoria Geral aumentou significativamente a sua capacidade de formação e ampliou a formação para agentes de aplicação da lei, incluindo uma série de workshops para jornalistas, com um foco na identificação de vítimas e métodos de notificação para garantir a segurança das vítimas e reforçar a capacidade do governo para processar judicialmente casos de tráfico de seres humanos. Contudo, as crianças em Moçambique estão envolvidas nas piores formas de trabalho infantil, incluindo o serviço doméstico forçado. As crianças também desempenham trabalhos perigosos na produção de tabaco. Os inspectores de trabalho não recebem formação suficiente e o governo carece tanto de recursos apropriados para executar leis relacionadas com trabalho infantil como de mecanismos de coordenação para fazer face ao trabalho infantil. Ademais, os programas existentes não atendem de forma abrangente à extensão do problema em Moçambique.

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil em Moçambique.

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Quadro jurídico	Assegurar a protecção legal para todas as crianças, incluindo as crianças que trabalham fora dos relacionamentos formais de emprego.	2015 – 2018
	Aprovar a revisão da Lei do Trabalho que estipula a idade mínima para trabalhar como 15 anos.	2018
Fiscalização	Divulgar publicamente os dados das agências de aplicação da lei, incluindo informações sobre o orçamento da Inspeção-Geral do Trabalho, a quantidade e a formação dos inspectores do trabalho, os tipos de inspecções realizadas, a quantidade de violações de trabalho infantil identificadas, a quantidade de penalidades impostas e recolhidas, assim como a formação de investigadores responsáveis pela aplicação das leis relacionadas com as piores formas de trabalho infantil, a quantidade de investigações realizadas, as violações identificadas e as condenações obtidas.	2009 – 2018

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
	Afectar recursos suficientes para os órgãos de segurança pública, assim como aumentar a quantidade de inspectores do trabalho para garantir uma cobertura adequada dos trabalhadores.	2009 – 2018
	Oferecer formação e afectar recursos adequados aos inspectores do trabalho para assegurar a sua capacidade para executar as leis relacionadas com o trabalho infantil.	2009 – 2018
Coordenação	Garantir a funcionalidade operacional da Comissão Nacional dos Direitos da Criança e os Gabinetes de Atendimento às Mulheres e Crianças Vítimas, do Ministério do Interior.	2017 – 2018
	Estabelecer mecanismos de coordenação para combater todas as piores formas de trabalho infantil.	2010 – 2018
Políticas governamentais	Implementar o Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil e o Plano de Acção Nacional para a Criança II, nomeadamente oferecendo formação para inspectores e agentes de aplicação da lei consoante prescrito pelo Plano de Acção Nacional para o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil.	2018
	Aprovar o Plano de Acção Nacional sobre o Tráfico de Seres Humanos.	2018
Programas sociais	Tomar medidas para assegurar o acesso de todas as crianças ao ensino, oferecendo materiais escolares e estabelecendo uma quantidade adequada de escolas. Tomar medidas preventivas para proteger as crianças contra o abuso físico e sexual nas escolas.	2010 – 2018
	Divulgar publicamente os resultados do estudo sobre o trabalho infantil e utilizar as conclusões na elaboração de políticas e programas.	2015 – 2018
	Implementar o Programa Subsídio Social Básico, instituir programas para lidar com o trabalho infantil no serviço doméstico, assim como ampliar os programas em curso para fazer face à dimensão do problema do trabalho infantil.	2010 – 2018